

Governo libera mais R\$ 1,2 bilhão para gastos sociais de prefeituras

Finanças. Com novo repasse, possibilitado pelo desbloqueio do Orçamento, recursos para assistência social chegaram a R\$ 2,8 bilhões neste ano, nível mais alto desde 2011; Confederação dos Municípios, porém, diz temer cortes nessas verbas em 2018

Adriana Fernandes

O governo federal liberou R\$ 2,8 bilhões para todas as prefeituras brasileiras neste ano para o custeio de atividades na área de assistência social, como o financiamento das unidades de acolhimento. Só nesta semana, depois da liberação de recursos que estavam bloqueados no Orçamento, foram repassados R\$ 1,2 bilhão.

Segundo o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, o repasse da assistência social em 2017 para os municípios brasileiros alcançou o patamar mais alto da série histórica iniciada em 2011. “Conseguimos zerar os passivos deixados pela gestão anterior. Vamos entrar 2018 com as contas em dia.”

Mas, para o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, a grande preocupação é em relação ao corte que foi feito no orçamento de 2018 para essa área. “Estamos extremamente preocupados. O corte é muito grande. O grande penalizado é o cidadão porque o

governo vai cortar áreas numa área muito sensível”, afirmou.

Ele disse que se encontrou com o ministro Terra e o presidente Michel Temer para alertá-los sobre esse “grande drama”. “A prefeitura é um executor dos programas do governo federal. No momento de cortes, os cidadãos que precisam desses recursos não procuram a União ou o Estado, ele vai atrás da prefeitura”, afirma.

Os recursos repassados aos municípios esta semana não compõem as negociações paralelas que o Planalto fez com os prefeitos para a aprovação da reforma da Previdência. O presidente Temer prometeu, no meio dessas negociações, ampliar os investimentos nos municípios em R\$ 3 bilhões para o 2018, além de um auxílio financeiro de R\$ 2 bilhões ainda em 2017.

Receita.

Entre novembro e dezembro, a equipe econômica fez dois desbloqueios de despesas do Orçamento, um de R\$ 7,5 bilhões e outro de R\$ 5 bilhões, anunciado na última quarta-feira. As verbas para a assistência social não são gastos obrigatórios, ou seja, o governo dependia de uma melhora da arrecadação para liberar os recursos.

Há um ano e meio, informou

Terra, a União tinha uma dívida de R\$ 1,3 bilhão relativo a oito meses de pagamentos que não foram feitos entre 2015 e 2016, durante o governo Dilma. Segundo o secretário executivo do ministério, Alberto Beltrame, por conta dos atrasos, as prefeituras tiveram dificuldades para manter a prestação dos serviços em dia.

Agora, disse, vão começar 2018 – ano de campanha eleitoral – numa situação muito melhor para a prestação de serviços na área social. “Para o prefeito, mais importante que o orçamento é manter o fluxo de caixa”, disse. Pelos cálculos do secretário, os chamados “restos a pagar” (despesas transferidas de um ano para o outro) devem ficar em torno de R\$ 100 milhões.

Os recursos são basicamente usados em serviços como as unidades de acolhimento, que funcionam como moradia provisória para indivíduos e famílias afastadas temporariamente do seu núcleo e se encontram em situação de abandono ou ameaça.

Também vão para os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), uma espécie de porta de entrada da assistência social, e para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), que oferecem serviços para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias e indivíduos em situação de risco.